

ONGs não aceitam tese de Jobim

MAURÍCIO THUSWOHL

Correspondente

GENEBRA, SUÍÇA — A questão da demarcação de terras indígenas promete ser mais uma dor de cabeça para o governo Fernando Henrique Cardoso. Isso ficou claro ontem quando o ministro da Justiça, Nélson Jobim, esteve na ONU em Genebra para explicar o Decreto 1.775, assinado pelo presidente em janeiro e que determina um novo procedimento para a demarcação das reservas.

A audiência — diplomatas, militantes de ONGs e políticos — recebeu as explicações de Jobim com indisfarçável ar de ceticismo. O suíço Bernard Comoli, representante do Comitê Europeu para Demarcação de Terras Indígenas, foi o mais veemente: "O ministro fugiu do debate político, reduzindo a discussão a uma questão meramente jurídica, área que domina. O problema é que essa abordagem é insuficiente em um país como o Brasil, onde existe um descompromisso histórico entre governo e minorias".

Explicação — Em uma explanação muito bem embasada juridicamente, Jobim procurou esclarecer todos os pontos do plano do governo, sobretudo o mais delicado: o dispositivo que permite a apresentação de objeções legais num prazo de 90 dias às propostas de demarcação apresentadas pela Funai.

Visto pelas entidades internacionais de direitos humanos como uma clara concessão aos grandes proprietários de terra, esse dispositivo foi defendido pelo ministro como o "ponto forte" do plano. "Antes não havia prazo, ou seja, se pressupunha que as objeções poderiam ser feitas *ad infinitum*. Agora, estamos estabelecendo regras claras e prazos perfeitamente delimitados, o que vai imprimir velocidade na ação do governo", declarou.

O único momento em que o ministro (sempre ladeado pelo deputado Sarney Filho, presidente da Comissão para Demarcação de Terras Indígenas) demonstrou irritação foi quando uma representante de ONG qualificou a nova política de "convite às invasões violentas" das áreas indígenas. "Isso é um absurdo. Quem invade as reservas são os garimpeiros e madeireiros, grupos que fogem quase inteiramente ao controle do governo", afirmou.

JR
22/3/96 Pg 5
580